

PSICOPEDAGOGIA E A CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Fabília Zenelato Bertolde

Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC

bertoldi.fabricia@hotmail.com

Jeanes Martins Larchert

Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR

elarchert@yahoo.com.br

Resumo

O presente trabalho busca apresentar a experiência da psicopedagoga no atendimento de alunos com deficiência intelectual matriculados na rede pública do Município de Eunápolis. O processo de inclusão do aluno com deficiência intelectual tem sido um tema mundial e amplamente discutido na área da educação no final do século XX e início do século XXI, no Brasil esse tema fortaleceu-se com a Declaração de Salamanca (1994). As crianças com deficiência intelectual têm dificuldades graves tanto para aprender quanto de caráter geral. Os ajustes em metodologia devem acontecer de acordo com a necessidade de cada aluno. Dessa forma, nosso objetivo é avaliar, atender e intervir junto a esses alunos, orientando a família e a escola para que consigam estimular a aprendizagem de forma significativa. Inicialmente as crianças são submetidas a uma avaliação psicopedagógica e encaminhadas para outros profissionais quando necessário, obtidos os resultados da avaliação inicial e traçado o plano de intervenção de acordo com a necessidade de cada criança e realizadas as devidas orientações na instituição escolar e com a família. O relato de experiência pretende mostrar que o trabalho do psicopedagogo dentro da instituição escolar traz bons resultados desde que este profissional seja aceito e tenha condição de exercer seu trabalho adequadamente.

Palavras-chave: Deficiência intelectual; psicopedagogo; aprendizagem significativa.

PSICOPEDAGOGY AND THE CHILD WITH INTELLECTUAL DISABILITY

Abstract

The present work seeks to present the experience of the psychopedagogue in the care of students with intellectual disabilities enrolled in the public network of the Municipality of Eunápolis. The process of inclusion of the student with intellectual disability has been a worldwide theme and widely discussed in the area of education in the late twentieth and early twenty-first century, in Brazil this theme was strengthened with the Declaration of Salamanca (1994). Children with intellectual disabilities have serious learning and general difficulties. The adjustments in methodology should happen according to the need of each student. In this way, our objective is to evaluate, attend and intervene with these students, guiding the family and the school so that they can stimulate learning in a meaningful way. Initially the children are submitted to a psychopedagogical evaluation and sent to other professionals when necessary, obtaining the results of the initial evaluation and drawing the intervention plan according to the need of each child and the necessary orientations made in the school institution and with the family. The experience report intends to show that the work of the psychopedagogue within the school institution brings good results as long as this professional is accepted and has the condition to carry out his work properly.

Keywords: Intellectual disability; psychopedagogues; meaningful learning.

1. INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, a inclusão de alunos com Deficiência Intelectual ainda é um amplo desafio, pois a instituição escolar contemporânea foi esquematizada para atender um perfil único de aluno, entretanto, hoje, encontramos estudantes muito diversificados.

No Brasil, a Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, garante acesso ao ensino regular a alunos com deficiências diversificadas: intelectual, física, surdos, cegos, com transtornos globais do desenvolvimento e a alunos com altas habilidades/superdotação, desde a educação infantil até a educação superior:

A sociedade inclusiva já começou a ser construída a partir de algumas experiências de inserção social de pessoas com deficiência, ainda na década de oitenta. Em várias partes do mundo, inclusive no Brasil, modificações pequenas e grandes vêm sendo feitas em setores como escolas, empresas, áreas de lazer, edifícios e espaços urbanos, para possibilitar a participação plena de pessoas deficientes, com igualdade de oportunidades junto à população geral (SASSAKI, 1998, p. 8).

Segundo Blanco (2003, p.72), ao se discutir inclusão, não estamos apenas repetindo um termo ou um conceito, mas historicamente o termo inclusão nos remete a pessoas que foram aprisionadas em hospícios ou que acabaram em uma fogueira para salvar a alma de um corpo deficiente, como ocorreu na Idade Média.

A sociedade vivencia um processo de Inclusão, ela procura se adaptar para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seu papel na sociedade. A inclusão social institui então, um processo de dois lados na qual as pessoas ainda excluídas, e a sociedade, buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos (SASSAKI, 1997, p. 41).

É uma abordagem humanística, democrática, que percebe o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos:

A educação inclusiva pode ser definida como a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 21).

A instituição escolar é um ambiente multicultural, diversificado, que atende um público com objetivos, ideologias e necessidades diferenciadas. Enfim, essa é uma característica própria, que acolhe indivíduos com aspectos múltiplos, sejam religiosos, políticos, sociais, entre muitos outros. A escola é responsável pela transformação do indivíduo, o que corresponde a um conjunto de alterações comportamentais que se tem por aprendizagem. (NETO, 2018, p. 81-92)

Para Cunha (2015, p. 153), “em sala de aula, há inúmeras vozes que se cruzam, quando todos os alunos contribuem com seus pensamentos de forma a construir um diálogo, através do qual se pode colher assim os frutos do conteúdo abordado”.

A escola possui função essencial na vida dos alunos, ela tem um importante papel que proporciona desenvolvimento cultural, social, intelectual e físico dos escolares.

A escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor. Não pode continuar anulando e marginalizando as diferenças – culturais, sociais, étnicas – nos processos pelos quais forma e instrui os alunos. Afinal de contas, aprender implica ser capaz de expressar, dos mais variados modos, o que sabemos; implica representar o mundo a partir de nossas origens, de nossos valores e sentimentos (MANTOAN, 2003, p. 15).

A Educação Inclusiva tem por proposta a educação de todos os alunos juntos, deixando-os aptos para o convívio em sociedade a partir da escola, conforme afirma Mantoan (2003, p. 33), “incluir é não deixar ninguém de fora da escola comum, ou seja, ensinar a todas as crianças indistintamente”. Dessa forma, destacamos a deficiência intelectual como estudo nesse trabalho, ela é uma das deficiências mais encontrada em crianças e adolescentes, atingindo 1% da população jovem (VASCONCELOS, 2004, p. S71-S82).

Segundo Shogren (2010, p. 6):

Deficiência intelectual é uma incapacidade caracterizada por limitações significativas tanto no funcionamento intelectual (raciocínio, aprendizado, resolução de problemas) quanto no comportamento adaptativo, que cobre uma gama de habilidades sociais e práticas do dia a dia. (SHOGREN, 2010, P.6)

Caracterizada pela redução no desenvolvimento cognitivo, ou seja, no QI, normalmente abaixo do esperado para a idade cronológica da criança ou adulto, acarretando muitas vezes um desenvolvimento mais lento na fala, no desenvolvimento

neuropsicomotor e em outras habilidades. De acordo Honora e Frizanco, (2008), a deficiência intelectual não é considerada uma doença ou um transtorno psiquiátrico, e sim um ou mais fatores que causam prejuízo das funções cognitivas que acompanham o desenvolvimento diferente do cérebro.

Seu diagnóstico necessita do envolvimento de grupos de fatores biomédicos, etiológicos, comportamentais, sociais e educacionais. O diagnóstico de deficiência intelectual está a cargo de médicos e psicólogos clínicos, realizando-se em consultórios, hospitais, centros de reabilitação e clínicas. (CARVALHO, 2007, p. 229-239)

Dessa forma, para a confirmação do diagnóstico da D.I. é necessário que ocorra comprometimentos tanto na questão cognitiva como na questão adaptativa, pois se a incapacidade ocorrer em apenas uma das questões não é considerada como D.I..

A deficiência intelectual constitui um impasse para o ensino na escola comum e para a definição do Atendimento Educacional Especializado, pela complexidade do seu conceito e pela grande quantidade e variedades de abordagens do mesmo. A dificuldade de diagnosticar essa deficiência tem levado a uma série de revisões do seu conceito. (SEESP/ SEED/ MEC, 2010,p.14)

Segundo Honora & Frizanco (2008), existe uma grande variação de capacidades e necessidades dos indivíduos com deficiência intelectual, podendo apresentar diferenças em quatro áreas:

1. Área motora: algumas crianças com deficiência intelectual leve não apresentam diferenças significativas, mas apresentam alterações significativas na motricidade fina. Nos alunos mais severos, pode-se perceber restrições nas capacidades motoras, tais como dificuldades de coordenação e manipulação.
2. Área cognitiva: alguns alunos com deficiência intelectual podem apresentar dificuldades na aprendizagem de conceitos abstratos, em focar a atenção, na capacidade de memorização e resolução de problemas, na generalização.
3. Área de comunicação: em alguns alunos com deficiência intelectual, é encontrada dificuldade de comunicação, acarretando uma maior dificuldade em suas relações.
4. Área socioeducacional: em alguns alunos com deficiência intelectual, ocorre uma desconexão entre idade mental e idade cronológica, porém temos de ter claro que a

melhor forma de promover a interação social é colocando os alunos em contato com crianças da mesma idade cronológica, para realizar as mesmas atividades, aprendendo os comportamentos, valores e atitudes adequadas para sua faixa etária.

O fato de o aluno ser inserido numa turma que tenha sua idade mental, ao invés de contribuir para seu desenvolvimento, irá infantilizá-lo, o que dificulta seu desenvolvimento psíquico-social.

Como afirma HONORA & FRIZANCO:

“não existem receitas prontas para se trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais. Sabemos que cada aluno é único e que suas potencialidades, necessidades e conhecimentos ou experiências prévias devem ser levados em conta, sempre”., (HONORA & FRIZANCO, 2008, p. 107)

Para Vygotsky (1996), o potencial e a capacidade das pessoas que apresentam alguma deficiência é grande, mas entende que, para estas possam desenvolver-se, precisam ser apresentadas condições materiais e instrumentais adequadas. Nesta perspectiva surge a psicopedagogia que de acordo com Corso (2013, p. 99) é uma campo que pesquisa e lida com os processos de aprendizagem humana, fazendo-se valer de uma gama de conhecimentos de várias ciências, sempre direcionando para a questão educativa.

A psicopedagogia, no Brasil, começou a ser difundida na década de 80, com profissionais engajados no estudo das causas e intervenções dos problemas de aprendizagem. Nesse momento, acreditava-se que as questões de aprendizagem provinham de fatores orgânicos. Em 1987, Doris J, Johnson e Helmer R. Myklebrust, através de sua literatura: *Distúrbios de Aprendizagem* foi possível compreender os fatores orgânicos através dos conceitos de Disfunção Cerebral Mínima (DCM).

A evolução dos estudos tem nos mostrado que essa área esta passando por transformações importantes desde os primeiros conceitos. Nos dias atuais, o estudo da psicopedagogia possui um caráter interdisciplinar, sendo realizado por meio da Sociologia, Psicologia, Antropologia, Linguísticas, Filosofia, Psicanalise, Neurologia, fonoaudiologia, Medicina, Pedagogia entre outras.

O profissional que atua como psicopedagogo vem para realizar um atendimento as crianças que apresentam uma dificuldade de aprendizagem, amparando-se nos conhecimentos de várias ciências e diversas áreas do conhecimento. Organizou-se como prática exercida por profissionais de diferentes

áreas até o surgimento de cursos específicos. (GRASSI, 2009, p. 96).

O psicopedagogo é um profissional de extrema importância, principalmente, na educação especial, pois ele auxilia a criança com necessidades educacionais especiais em sua adaptação no ambiente educacional, favorecendo uma melhor relação entre a escola e essa criança. A escola, de acordo com essa premissa precisa repensar sua atitude, como também a de seus profissionais ofertando a esse público o direito à educação e, o respeito por sua diversidade estudantil (MITTLER, 2003).

Essa nova área de atuação profissional, nasce para acolher a uma demanda específica de subsídio à superação das dificuldades de aprendizagem, atuando de forma preventiva e terapêutica.

Nesta perspectiva, esse trabalho tem a finalidade de ressaltar que o psicopedagogo atuando na instituição escolar tem o objetivo de investigar todas as variáveis possíveis existentes no processo de aprendizagem, a fim de orientar as famílias e a escola, bem como direcionar a reflexão e o encaminhamento de estratégias de ajuda à criança ou adolescente atendido por este profissional.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Esse trabalho foi realizado em uma Escola Municipal que abrange os segmentos da Educação Infantil e Fundamental I, localizada no município de Eunápolis/Bahia, é nessa escola que a pesquisadora exerce a função de psicopedagoga.

Após definição dos alunos que seriam acompanhados, realizou-se encontro com a escola, coordenação e professores, para coletar informações mais precisas sobre os participantes e agendamento do início do atendimento. No diagnóstico psicopedagógico realizou-se uma investigação da relação do aluno com a família e com a escola, visando escutar o aluno e associar essas interrelações para melhor compreender o processo de aprendizagem. Nas sessões seguintes realizaram-se a anamnese, provas embasadas na teoria de Jean Piaget, o Teste de desempenho escolar (TDE) entre outros instrumentos que contribuíram para o diagnóstico psicopedagógico. Ressaltando que todos os instrumentos citados são autorizados e podem ser usados por psicopedagogos.

Quando encerramos as sessões de avaliação diagnóstica, todos os testes foram analisados e as informações reunidas em um relatório, cujas informações foram

compartilhadas e esclarecidas com o responsável pela criança e com a escola. Dessa forma, realizou-se a elaboração do PDI Plano de Desenvolvimento Individual, onde foram traçadas as metas e procedimentos para serem trabalhadas com as crianças, contudo ao longo do ano necessitaram ser redirecionadas frequentemente.

3. CONCLUSÕES

As instituições escolares enfrentam um grande desafio ao receber na sala de aula regular os alunos com deficiência intelectual. É de fundamental importância e urgência o repensar das práticas pedagógicas, das adequações físicas e, principalmente, da formação dos professores. Dessa forma, para que as ações de incluir ocorram verdadeiramente, é essencial que a escola tenha condição e que gestores, professores e a comunidade escolar se dediquem a todos os aspectos que são essenciais no processo de inclusão desse aluno. O público com deficiência intelectual possui um comprometimento cognitivo, mas essa limitação não o impede de desenvolver diversas atividades que podem ajudá-lo a integrar o mundo da aprendizagem.

Com o resultado dos atendimentos pode-se observar que os alunos demonstravam aversão pela escola, não se sentiam aceitos e ficavam em alguns momentos tristes e/ou agressivos. Em relação ao cognitivo a maioria não conhecia as letras e números, tinham dificuldade de orientação/lateralidade. Nesta perspectiva, sugerimos realizar bimestralmente momentos de formação e sensibilização com os professores. O trabalho foi realizado durante todo o período letivo e ao término do ano letivo pode-se perceber que os alunos apresentavam avanços significativos, principalmente na socialização.

Nesse sentido, Vygotsky (1998, p. 118) esclarece que “o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de aprendizagens que, de outra forma, seriam impossíveis de acontecer”.

Concomitantemente, ao concluir as observações foi possível constatar que esses alunos, quando submetidos a um acompanhamento psicopedagógico e multidisciplinar, além da mediação pedagógica planejada e flexibilizada, eles demonstravam interesse pelos conteúdos ministrados em sala de aula e, com isso, melhoram seu relacionamento com os colegas e professores, de tal forma que se

tornavam mais independentes e estimulados a participarem das atividades propostas em sala de aula.

Nos dias atuais não se pode conceber o aluno considerando apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também o da personalidade, da afetividade, a estrutura familiar e o da sociabilidade, pois são fatores inseparáveis da realidade de cada indivíduo e do cotidiano escolar. Nesse sentido, o psicopedagogo vem agregar uma visão ampla sobre esse sujeito auxiliando no desenvolver de estratégias significativas, pois quando estimuladas e incentivadas, as crianças com deficiência intelectual nos mostram aprendizagens e desenvolvimentos que nos surpreendem.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Fabrícia Bignotto de; CRENITTE, Patrícia Abreu Pinheiro; CIASCA, Sylvia Maria. **Distúrbios de aprendizagem na visão do professor**. Revista Psicopedagogia, v. 24, n. 75, p. 229-239, 2007.

CORSO, Luciana Vellinho. **Aprendizagem e desenvolvimento saudável: contribuições da Psicopedagogia** In: Espaços psicopedagógicos em diferentes cenários, p. 99-120, 2013.

CUNHA, M. S. **Ensino da língua portuguesa na perspectiva da inclusão do aluno cego no nível fundamental**. 2015. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe. 2015.

GRASSI, T. M. **Psicopedagogia: um olhar, uma escuta**. Curitiba: Ibpex, 2009.

HONORA M. & FRIZANCO M. L., **Esclarecendo as deficiências: Aspectos teóricos e práticos para contribuir com uma sociedade inclusiva**. Ciranda Cultural, 2008.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MITTLER, P. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

NETO, Antenor de Oliveira Silva. Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 60, p. 81-92, 2018.

STAINBACK S.; STAINBACK W. **Inclusão**: Um guia para Educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SASSAKI, R. K. Entrevista. In: **Revista Integração**, Brasília, v 8, n. 20, p. 8-10, ago. 1998.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**. Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1991.

SEESP/ SEED/ MEC, **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: O Atendimento Educacional Especializado para Alunos com Deficiência Intelectual, Fascículo II, Brasília, 2010.

SHOGREN, K. A., SNELL, M. E., SPREAT, S., TASSÉ, J. M., THOMPSON, J. R., VERDUGO-ALONSO, M. A., WEHMEYER, M. L., YAGER, M. H., **Intellectual disability**: definition, classification and systems of support. Washington (DC): AAIDD, 2010.

VASCONCELOS, M. M. **Retardo mental**. Jornal de pediatria, Porto Alegre, v. 80, n.2, p. S71-S82. Abr. 2004.

VIGOTSKY, Lev Semenovich; LURIA, Aleksandr Romanovich. **Estudos sobre a história do comportamento**: o macaco, o primitivo e a criança. Artes médicas, 1996.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 6ª edição. São Paulo: Martins, 1998.